

Nome	Data nascimento
Valdeir Avelino . . . . .	15-09-1982
Carlos Eduardo Sanches dos Reis . . . . .	18-12-1992
Iuri Lima de Abreu Teixeira . . . . .	30-05-1984
Jardel Carvalho Maia . . . . .	23-01-1978
Helmei Lopes Ribeiro . . . . .	18-02-1976

23 de março de 2016. — A Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, Inspetora Coordenadora.

209462772

**Despacho n.º 4539/2016****Lista n.º 12/16**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 09 de março de 2016, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data nascimento
Adão Macedo Trindade . . . . .	20-08-1964
Sylvia Moreira Lima . . . . .	07-02-1990
Deivison Santiago Fernandes . . . . .	29-06-1987
Taik Jones de Melo Oliveira . . . . .	20-12-1987
Leticia Mara Inácio . . . . .	30-09-1997
Fernanda D Acuarica Kezerle . . . . .	04-09-1987
Ana Lúcia de Azevedo Pereira . . . . .	21-09-1971
Gabriela de Grande Guerreiro . . . . .	09-10-1989
GLaciane de Lima Silva . . . . .	04-09-1982
Alexandre Firmino de Melo Filho . . . . .	18-09-1956

23 de março de 2016. — A Coordenadora do Gabinete de Apoio às Direções Regionais, *Paula Alexandra Galvão de Oliveira da Velha*, Inspetora Coordenadora.

209462756

**JUSTIÇA****Gabinete da Ministra****Despacho n.º 4540/2016**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio auxiliar ao meu gabinete Teresa Maria Vitória de Carvalho Cosme, com fundamento na experiência acumulada no exercício de tais funções em gabinetes ministeriais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

21 de março de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

**Nota curricular**

Dados pessoais:

Nome: Teresa Maria Vitória de Carvalho Cosme

Data de nascimento: 2 de julho de 1970

Naturalidade: Tramagal

Habilitações académicas:

6.º ano de escolaridade

Experiência profissional:

Entre 30 de outubro e 25 de novembro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio auxiliar ao gabinete do Ministro da Justiça;

Entre 1 de janeiro de 2012 e 29 de outubro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio auxiliar ao gabinete da Ministra da Justiça;

Entre 1 de junho de 2001 e 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio auxiliar/logístico;

Entre 1998 e 2001 — Infantário «Centro Paroquial Rio de Mouro» — Limpeza;

Entre 1996 e 1998 — Restaurante «A Tasquinha» — atendimento ao público;

Entre 1995 e 1996 — Florista;

Entre 1991 e 1995 — «Leitaria Académica» — Ajudante de cozinha.

209458982

**Despacho n.º 4541/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista para o meu gabinete, a licenciada Catarina Antunes da Cunha Pires Madeira, para exercer funções na área da assessoria de imprensa.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos de gabinete.

3 — A designada exerce funções até ao termo do meu mandato, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 1 de fevereiro de 2016.

23 de março de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

**Nota Curricular**

Dados pessoais

Nome: Catarina Antunes da Cunha Pires Madeira

Data de Nascimento: 24/03/1980 Nacionalidade: Portuguesa

Formação académica

Licenciada em Comunicação Social pela Universidade do Minho, com especialização em Jornalismo e Relações Públicas (1998/2003)

Experiência profissional

Trabalhou em vários meios de comunicação de âmbito nacional.

No “Diário Económico”, acompanhou temas tão diversos como política, educação, publicidade e cultura.

Colaborou com o canal ETV, onde foi responsável pela condução de um programa de debate sobre marketing.

Integrou ainda a redação do “Semanário Económico” e da Revista “Dia D” do jornal “Público”.

Recebeu o Prémio Jornalismo Económico (Santander Totta/Universidade Nova de Lisboa), em 2007.

Publicou o livro “Estes políticos devem estar loucos” (Esfera dos Livros), em maio de 2011.

209464854

**Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça****Despacho n.º 4542/2016**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para o exercício de funções de apoio técnico-administrativo ao meu gabinete, Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida e Laércio Miguel da Silva Soares, com fundamento na experiência acumulada no exercício de funções de apoio técnico em gabinetes ministeriais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, as notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 26 de novembro de 2015.

23 de março de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

**Nota curricular****Dados Pessoais**

Nome: Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida  
 Data de Nascimento: 16 de julho de 1969  
 Naturalidade: Lisboa

**Habilitações Académicas**

12.º ano de escolaridade

**Experiência Profissional**

De 30 de outubro a 25 de novembro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no gabinete da Secretária de Estado da Justiça;

De 30 de dezembro de 2013 a 29 de outubro de 2015, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no gabinete do Secretário de Estado da Justiça;

De 1 de janeiro de 2012 a 29 de dezembro de 2013, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 1 de junho de 1996 a 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

De 1995 a 1996 — Mercamaqui, L.<sup>da</sup> — secretariado, atendimento de clientes e fornecedores, faturação, gestão de stocks, processamento de vencimentos e apoio à contabilidade;

De 1988 a 1995 — Gama da Silva, L.<sup>da</sup> (representante da Toshiba em Portugal) — secretariado, atendimento de clientes e fornecedores, faturação, gestão de stocks, processamento de vencimentos e apoio à contabilidade;

De 1987 a 1988 — Agência Manpower;

Banco Credit Lyonnais; operadora de registo de dados;  
 Transtejo: secretariado e atendimento;  
 Locapor — Grupo CGD: operadora de registo de dados; gestão de stocks; apoio na secção de correio.

**Formação Profissional**

2015 — Curso de “Edoclink”  
 2014 — Curso de “Excel” (iniciação)  
 2006 — Curso de “Gestão Documental SmartDocs V.3 Utilização” no Ceger;  
 1998 — Curso “O Protocolo nos Serviços Públicos” no INA;  
 1998 — Curso de “SmartDocs — Utilização” no ICL;  
 1996 — Curso de “Word for Windows 6.0” na DGSI;  
 1996 — Curso de “Word 6.0 Básico” no ICL;  
 1994 — Curso de “Datilografia” na Tecla Academia.

**Nota curricular****Dados Pessoais**

Nome: Laércio Miguel da Silva Soares  
 Data de nascimento: 24 de maio de 1976  
 Naturalidade: Matriz (Horta-Açores)

**Habilitações Académicas**

Entre 2009 e 2010 — Conclusão do 12.º através das Novas Oportunidades — RVCC, Escola Secundária Sebastião e Silva;

Entre 2003 e 2005 — Curso avançado de artes plásticas, desenho, pintura e leituras orientadas no Ar.co Centro de Artes e Comunicação Visual;

Entre 2000 e 2003 — Cursos de desenho, pintura, estética, do Barroco ao século XX e História da Arte Contemporânea no Ar.co Centro de Artes e Comunicação Visual;

Entre 1995 e 1996 — Curso formação de praças — mecânica, electricidade auto, sistauto, aulas teóricas e práticas — Força Aérea Portuguesa.

**Experiência Profissional**

De 30 de outubro a 25 de novembro de 2015, designado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no gabinete da Secretária de Estado da Justiça;

De 1 de janeiro de 2012 a 29 de outubro de 2015, designado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de função de apoio técnico administrativo no gabinete da Ministra da Justiça;

De 1 de setembro de 2005 e até 31 de dezembro de 2011, contratado ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

Entre 1998 e 2000 — funções de Administrativo na Biblioteca Municipal — Câmara Municipal das Lajes do Pico.

**Formação Profissional**

2006 — Curso de gestão documental SmartDocs;  
 2006 — Fujitsu Serviços — Tecnologia da Informação, L.<sup>da</sup>;  
 2005 — Curso de Word For Windows — ITIJ — Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça.

209463103

**CULTURA****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 4543/2016**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de julho, o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, doravante designado por Fundo, é gerido por uma comissão diretiva, à qual compete efetuar, em nome e por conta do Fundo, as operações necessárias à realização do seu objetivo.

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do citado preceito, a comissão diretiva é composta por três elementos, representantes de organismos da administração pública da área da cultura e que no âmbito do PREMAC foram objeto de reorganização e aos quais sucederam o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e a Direção-Geral do Património Cultural, nos termos dos artigos 42.º, n.º 3, alíneas b), e) e f), 4, alínea a), 43.º do Decreto-Lei n.º 126.º-A/2011, de 29 de dezembro, do Decreto-Lei n.º 4/2012, de 16 de janeiro, artigos 2.º, n.º 1, 3.º, n.º 2, alínea b), e 10.º do Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro, e do artigo 5.º, alínea h), da Portaria n.º 136/2012, de 10 de maio.

Considerando que, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de julho, os membros da comissão diretiva são nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura, a publicar no *Diário da República*, por um mandato com a duração de três anos, não auferindo qualquer remuneração pelo exercício de funções.

Considerando que se torna necessário alterar a composição da comissão diretiva pela cessação de funções no cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural de um dos seus membros e que o mandato dos restantes membros terminaria a 4 de julho de 2016.

Determino o seguinte:

1 — Nomeio, pelo período de 3 anos a contar da assinatura do presente despacho, nos termos do artigo 7.º, n.º 2 a 4, do Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de julho, como membros da comissão diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, em representação, respetivamente, do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e da Direção-Geral do Património Cultural:

Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor, Diretora-Geral do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais — que preside nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento de Gestão do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e de Funcionamento da Comissão Diretiva;

Paula Araújo Pereira da Silva, Diretora-Geral do Património Cultural;

João Carlos Martins Lopes dos Santos, Subdiretor-Geral do Património Cultural.

2 — Delego competências à comissão diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural para assinar, em nome e representação do Estado os contratos de doação a celebrar ao abrigo do Programa de Recuperação do Património Classificado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2009, de 21 de agosto, e do n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento de Gestão do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e de Funcionamento da Comissão Diretiva anexo à Portaria n.º 1387/2009, de 11 de novembro.

3 — Os organismos e serviços da área da cultura devem prestar à comissão diretiva do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, em tempo útil, as informações necessárias à boa execução do Programa